

Costa Pinto em dois tempos

Os efeitos periféricos na circulação de ideias

João Marcelo E. Maia*
<https://orcid.org/0000-0002-3330-871X>

Introdução

Como se pensa na periferia? Ou, dito de outra forma, quais as consequências de se escrever e pensar estando situado numa sociedade tida como periférica? Tais questões já são clássicas nos debates intelectuais brasileiros, estando no coração tanto de conhecida tradição filosófica uspiana (Schwarz, 1992; Arantes, 1992) como das linhagens mais próximas do marxismo dependentista latino-americano (Marini, 1973; Dos Santos, 1972). Se, no primeiro caso, a releitura do aporte filosófico de Marx foi fundamental para equacionar as desventuras e contradições do liberalismo no Brasil, no caso do dependentismo, a reflexão sociológica e econômica sobre as assimetrias entre centro e periferias ganhou proeminência, gerando conhecido diagnóstico sobre o caráter superexplorador do capitalismo periférico e a inevitabilidade de uma ruptura revolucionária. Pode-se dizer que a reflexão sobre as formas de dependência “acadêmica” ou “cultural” veio posteriormente, surgindo até mesmo na obra de pensadores distantes dessa filiação, como no caso de Silviano Santiago, cuja obra clássica traz, no seu subtítulo, o conceito de “dependência cultural” (Santiago, 1978).

O debate dependentista se mostrou tão importante que influenciou a obra de teóricos relevantes da sociologia radical nos anos de 1970, sendo Immanuel Wallerstein (1979) figura exemplar desse movimento. Em seus escritos, os conceitos de

* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

“periferia”, “semiperiferia” e “periferia” são articulados para interpretar as dinâmicas globais que presidiram a formação do sistema-mundo capitalista, numa perspectiva de longa duração que também recorria ao arsenal historiográfico de Braudel.

A partir da década de 1990, porém, essas formulações pareciam ter perdido terreno diante de paradigmas teóricos que questionavam o suposto simplismo do paradigma centro-periferia. Se a reflexão uspiana ainda goza de prestígio entre diferentes gerações, inspirando novas releituras do clássico tema das “ideias fora de lugar” (Ricupero, 2008), a abordagem mais propriamente sociológica sobre as assimetrias entre centros e periferias parecia ter sido abandonada, juntamente com conceitos como “imperialismo”. Mesmo o chamado pós-colonialismo, embora orientado para uma crítica ao Eurocentrismo e para uma investigação sobre as assimetrias globais que condicionaram a circulação de recursos, conhecimento e práticas culturais, questionou fortemente a ideia de “periferia”, por entender que essa construção geopolítica reiteraria a suposta dimensão derivativa e imitativa dos países não europeus. É possível, por exemplo, ver tal movimento numa obra clássica associada aos Subaltern Studies, caso do livro *Provincializing Europe*, de Dipesh Chakrabarty (2000), que critica a centralidade da História europeia e a própria possibilidade de a utilizarmos como fonte originária da qual surgiria a “modernidade”, seja ela entendida como expansão do capital ou da razão iluminista. Mais recentemente, a obra de Gurminder Bhambra (2014), ao apostar no paradigma *connected histories* para a compreensão da modernidade global, também foge ao esquema centro-periferia, por supostamente reproduzir a lógica hierárquica que associa o moderno ao Velho Continente.

Os estudos “decoloniais”, por sua vez, embora fortemente vinculados à tradição do pensamento crítico latino-americano, também criticaram as formulações sociológicas derivadas do pensamento cepalino e dependentista, por naturalizarem o paradigma desenvolvimentista e economicista europeu (Grosfoguel, 2000). Autores desse grupo argumentam que a própria conceituação geopolítica utilizada pelas ciências sociais radicais e/ou críticas é culpada do pecado eurocêntrico, por supor que há territórios e formações sociais mais “centrais” do que outros (Mignolo, 2009). Curiosamente, um dos autores mais importantes desse grupo é justamente o peruano Aníbal Quijano, que fez fama nos anos de 1970 por suas análises sobre os efeitos da dependência na vida urbana periférica.

Mais recentemente, assistimos a um florescimento de abordagens transnacionais que ressaltam a pluralidade de fluxos e de trocas entre diferentes contextos nacionais e ou regionais e também evitam o paradigma centro-periferia. Pode-se ver tal movimento na historiografia da ciência, desde muito desconfiada da ideia de que o centro europeu disseminaria suas teorias e ideias para uma passiva periferia colonizada (Medina, Marques & Holmes, 2014), e em trabalhos de historiadores e sociólogos

interessados na circulação internacional de ideias e repertórios de ação (Anderson, 2005; Alonso, 2010).

Porém, essas críticas não impediram um vigoroso renascimento de teorizações sociológicas que reivindicam a disjuntiva centro/periferia para explicação de processos de circulação global de recursos, pessoas e objetos de conhecimento (Keim, 2008 e 2014; Beigel 2013a). Na teoria social feita no país, conceitos como “semiperiferia”, consagrados por Wallerstein ainda na década de 1970, são centrais para autores como José Maurício Domingues (2011), que procuram atinar com a natureza global e desigual da civilização moderna, em especial quando percebida de fora dos seus contextos de origem. Finalmente, nos estudos sobre pensamento social no Brasil, a interpretação de autores e obras à luz das características periféricas de nossa modernização foi central para intérpretes como Luiz Werneck Vianna (1997) e, mais recentemente, João Maia (2014)¹.

Contudo, não são poucos os problemas a serem enfrentados por aqueles que se valem do conceito de periferia para pensar seus problemas de pesquisa. Afinal, seria a periferia um espaço geográfico específico e claramente delimitado, como se pode depreender com base na referência da teoria da dependência e de teóricos mais recentes, como Immanuel Wallerstein (1979)? Em sendo assim, todos os ditos espaços periféricos partilhariam uma qualidade comum, que faria com que os seus intelectuais adotassem, portanto, estilos ou agendas similares?

Este artigo toma a sério tais inquietações e tenta oferecer uma solução sociológica. Afinal, embora eu reconheça os problemas implicados no uso do conceito, é inegável que há assimetrias globais que estruturaram os fluxos internacionais modernos e que ainda regulam o modo como as ideias circulam e se consolidam. Gingras e Mosbah-Natanson (2010), por exemplo, demonstraram que América do Norte e Europa concentram 75% dos periódicos de ciências sociais indexados nas principais bases de dados do mundo, e seus autores são a esmagadora maioria que logra publicar artigos nessas revistas. Fran Collyer (2014), por sua vez, demonstrou, também por meio de pesquisa quantitativa, que a dinâmica centro-periferia afeta diversos aspectos do trabalho de sociólogos, dos padrões de citação às formas de cooperação interinstitucionais. Ou seja, a despeito de toda a produção sobre globalização e transnacionalismo, há evidências suficientes de que as assimetrias que estruturam o fluxo de ideias, teorias e objetos intelectuais permanecem fortes. Se é assim hoje, que dirá entre os anos de 1940 e 1960, cronologia que demarca o objeto deste artigo.

1. É claro que o conceito de periferia também tem largo trânsito nos estudos historiográficos e econômicos, mas me restringi aqui ao campo de reflexão próximo da sociologia e da sociologia da cultura, mais especificamente.

É fato que o estudo de textos e ideias de cientistas sociais demanda maior fineza analítica, sob o risco de apagarmos diferenças de sentidos e matizes discursivos sob o peso de um conceito tão amplo. Além disso, como se viu, o uso do conceito de periferia parece sugerir uma atitude passiva e receptora no caso da circulação das ideias, como se os centros fizessem teoria e as periferias apenas as aplicassem (Connell, 2012). Pensando em tais questões, desenvolvo neste texto a categoria de “efeitos periféricos” com o objetivo de delimitar as diferentes formas pelas quais essas conhecidas assimetrias podem incidir sobre a produção intelectual de sociólogos e outros cientistas sociais. Junto-me, portanto, a um movimento mais amplo na sociologia que procura retomar o esquema centro/periferia, mas o complementando com estudos empíricos mais detalhados que evitem abordagens reducionistas e unilaterais e não ignorem a agência de sujeitos e instituições (Keim, 2008 e 2014; Beigel, 2013a; Medina, 2014).

Tomo como objeto empírico um conhecido texto de autoria do sociólogo baiano Luís de Aguiar Costa Pinto. Refiro-me a “Sociologia e mudança social”, publicado originalmente em 1947 na revista *Sociologia* e reeditado no ano de 1961, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, editada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Produto de uma conferência pronunciada na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia em 15 de maio de 1947, “Sociologia e mudança social” foi um texto com duas vidas, pois as mudanças efetuadas pelo autor para a versão de 1961 atribuíram novos e poderosos significados ao mesmo. Este artigo irá argumentar que tais mudanças exemplificam diferentes dimensões dos efeitos periféricos e devem ser entendidas à luz da inscrição do autor em diferentes debates e redes transnacionais formadas na América Latina entre os anos de 1940 e 1960. Para reconstruir esses contextos, valho-me tanto de outros escritos do autor, como também da correspondência do mesmo, que me permitem aferir seus laços sociais e os bastidores de seu projeto intelectual.

A escolha desse objeto atende a diferentes justificativas: (a) Costa Pinto foi autor central na constituição da moderna sociologia brasileira, e sua produção evidencia aspectos paradigmáticos do debate original sobre desenvolvimento na América Latina; (b) Costa Pinto teve intensa circulação internacional, constituindo-se um bom estudo de caso dos efeitos periféricos; (c) “Sociologia e mudança social”, por sua vez, é peça central na elaboração intelectual do autor, capturando um momento fundamental de sua reflexão sobre a sociologia como ciência.

Importante dizer que tal objeto está longe de ser território inexplorado. Em um dos capítulos de sua tese, Patrícia Olsen de Souza (2011) reconstruiu a polêmica estabelecida entre Costa Pinto e Florestan Fernandes em torno dos significados do materialismo histórico como método sociológico, tema central para o texto de 1947.

Já Antônio Brasil Junior (2013a) demonstrou como esse escrito foi crucial para a nova sociologia do desenvolvimento encetada por Costa Pinto. Marcos Chor Maio e Thiago Lopes (2015), por sua vez, exploraram bem o contexto formativo de Costa Pinto e seu diálogo com Donald Pierson na primeira metade da década de 1940, o que lhes permitiu avaliar o sentido da crítica à “sociologia como ideologia” contida em “Sociologia e mudança social”. Esses trabalhos também contribuíram para questionar a suposta dicotomia entre os processos de institucionalização da sociologia no Rio de Janeiro e em São Paulo, consagrada no estudo clássico de Sergio Miceli (1989), que sustenta que somente em São Paulo a disciplina teria logrado efetiva profissionalização e maior grau de autonomia em relação às injunções do poder público, enquanto o caso carioca seria exemplar de uma ciência politizada e pouco propensa à institucionalização. Retomando uma crítica que encontra suas raízes nos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e Nísia Lima (1999), essas pesquisas mais recentes evidenciam tanto a ambição profissionalizante de Costa Pinto como o contexto mais geral da ciência social carioca, no qual agências como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e instituições como a Faculdade Nacional de Filosofia abrigavam importantes iniciativas de rotinização da sociologia como disciplina. Também não sou o primeiro a postular a necessidade de pensarmos Costa Pinto à luz da história global da disciplina, acentuando as conexões transnacionais que modelaram diferentes dimensões de seus escritos e de suas intervenções. O próprio Antônio Brasil Junior, em sua tese de doutoramento, situa o projeto teórico de Costa Pinto como um esforço de reconstrução da sociologia à luz da experiência histórica inédita dos países subdesenvolvidos e da necessidade de superar as teorias norte-americanas da modernização de viés positivista (Brasil Junior, 2013a). As redes internacionais de Costa Pinto foram bem estudadas por Marco Chor Maio na sua clássica tese de doutorado sobre o projeto Unesco, em que analisou o sociólogo baiano à luz de seu engajamento com as estruturas de cooperação e financiamento estabelecidas no âmbito do projeto, e que contribuíram para institucionalizar a ciência social brasileira (Maio, 1997). Em texto sobre a relação de Costa Pinto com os esquemas cognitivos da sociologia política de seu tempo, André Botelho, por sua vez, analisou a forma como os conceitos operados pelo sociólogo baiano reconstruíam aspectos centrais da sociologia política, em especial aqueles relativos às articulações entre Estado e sociedade civil (Botelho, 2009). E, finalmente, López e Araújo (2011) apontaram que, entre 1970 e 1990, toda a produção intelectual de Costa Pinto foi editada em inglês e francês, por conta de seu período de exílio na University of Waterloo, período sobre o qual ainda sabemos muito pouco, e que está a merecer maior atenção dos estudiosos.

O que faço aqui de novo é seguir a história das duas vidas de um texto, evidenciando suas mudanças e articulando-as a contextos específicos que envolviam a

trajetória intelectual e profissional de seu autor. Ao fazer isso, tento mostrar que o esquema centro/periferia pode ser de extrema valia para tal análise, desde que sejamos capazes de delimitar com clareza os diferentes efeitos produzidos pela condição periférica sobre a criação intelectual, evitando simplificações e atentando para os nexos conceituais na fatura textual.

O artigo divide-se em duas grandes seções. Na primeira, apresento meu entendimento teórico do que sejam os efeitos periféricos, por meio de um diálogo com a literatura sociológica contemporânea. Em seguida, descrevo as duas vidas do texto de Costa Pinto, procurando desvendar seus distintos significados à luz do esquema apresentado na seção anterior e do material primário coletado na pesquisa.

Os efeitos periféricos

Há diferentes debates que retomam o conceito de periferia na sociologia. Interesso-me aqui em especial pelos que revisitam de forma criativa a teoria da dependência, como é o caso da socióloga argentina Fernanda Beigel, da socióloga alemã Wiebke Keim e do cientista social argentino Leandro Medina.

Em seu trabalho sobre a construção da autonomia nas ciências sociais latino-americanas, Beigel (2013a) parte de um questionamento típico da teoria da dependência: Como a organização desigual do sistema internacional se reflete na montagem de um campo intelectual na periferia? A resposta, porém, não é dada por uma simples reiteração da dependência como uma situação histórica que produz efeitos similares em quaisquer quadrantes. Segundo Beigel, há vários processos históricos de mediação que impedem a afirmação simplista de que toda ciência feita na América do Sul seja naturalmente “periférica”. Nas palavras da própria: “Assim, é possível assumir que não existem importadores e exportadores acadêmicos ‘puros’; trocas acadêmicas, por mais desiguais que sejam hoje, não são unilaterais” (Beigel, 2013b, p. 19)². Ou seja, a ciência tal como feita na chamada periferia não seria simples decalque da experiência dos países centrais, e a organização do campo científico no Cone Sul incorporaria formas de saber e de prestígios até certa medida distintas do que veríamos na Europa e nos Estados Unidos.

Beigel analisa empiricamente as trajetórias de alguns sociólogos e a história de centros fundamentais para essa ciência social na periferia, em especial a Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e o CLAPCS (Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais). Ao fazê-lo, a socióloga argentina

2. No original: “Thus, it may be safe to assume that there are not pure academic ‘exporters’ and pure ‘importers’: academic exchanges, unequal as they may be today, are not unilateral”.

não ignora as assimetrias estruturais que regulavam as trocas globais, mas acentua a importância dos contextos políticos locais e as mediações efetuadas pelos agentes latino-americanos, que lograram criar redes profissionais e institucionais que impulsionaram novas agendas no campo da sociologia.

Mais recentemente, Beigel (2016) continuou a perseguir os nexos entre processos de internacionalização e organização local dos campos científicos, desta vez tomando por objeto as práticas de publicação dos cientistas argentinos. Ao analisar os diferentes circuitos de publicação utilizados por esses agentes, ela demonstra que a dependência estrutural produziu hierarquias e distinções entre revistas e espaços (em especial, por conta da hegemonia do inglês), mas também a dinamização de redes locais que estão longe de serem marginais, exercendo função hegemônica no país.

Wiebke Keim, por sua vez, talvez seja a socióloga que reivindica de modo mais explícito a validade da teoria da dependência para análise das desigualdades globais. Em artigo que resume sua tese, Keim (2008) argumenta que um modelo centro-periferia deve atentar para três dimensões analíticas: desenvolvimento/sub-desenvolvimento; autonomia/dependência; centralidade/marginalidade. Embora os processos estejam relacionados, há que se atentar para os mecanismos empíricos específicos que perfazem cada um deles no campo da produção de conhecimento. O objetivo dessa divisão é evitar análises deterministas, que suponham que a circulação do conhecimento na sociologia seja simples efeito do poderio econômico de determinados Estados-Nações.

Ao analisar diferentes materiais empíricos, particularmente as grandes bases de dados de artigos científicos (Francis, Dare, Sociological Abstracts), Keim argumenta que é preciso verificar a forma como a sociologia se organiza internamente, seja por meio de suas redes de comunicação, seja por intermédio de outros mecanismos de geração e transmissão de ideias. De certo modo, é um argumento similar ao de Beigel, que aponta para a importância dos processos de mediação para o entendimento de como dinâmicas estruturais globais se traduzem de forma específica em cada momento.

Mais recentemente, Keim (2014) refinou seu argumento, propondo uma teoria geral da circulação do conhecimento que também parte de um esquema centro-periferia. Desta vez, ela lista três dimensões fundamentais para a análise: os suportes materiais e institucionais; as condições de existência e reprodução dos campos; os mecanismos de distribuição de prestígio e reconhecimento. Apesar da semelhança com o vocabulário teórico de Pierre Bourdieu (presença crucial na obra de Beigel), Keim afasta-se do teórico francês ao enfatizar que a circulação de ideias e textos entre centros e periferias não se dá entre dois espaços já constituídos de forma prévia ao processo em si. Isto é, em alguns casos, a recepção cria condições novas do campo ou mesmo dá forma a esses mesmos campos.

Keim também afirma que a recepção não pode ser entendida de maneira passiva, como simples difusão do conhecimento central para a periferia. É possível discernir diferentes formas de recepção, que vão do simples mimetismo conceitual até mesmo a apropriações seletivas, passando pelo simples ornamento retórico. Do mesmo modo, as trocas intelectuais não se dão apenas na forma da leitura de teóricos consagrados, mas por diferentes formas de mobilidades e deslocamento, tais como as viagens pessoais de estudiosos e a construção de projetos coletivos de pesquisa.

Finalmente, Keim também reitera a importância de pensar a condição centro-periferia nas escalas de análise. Nas suas palavras, é importante verificar os diferentes mecanismos de mediação, que podem se dar:

[...] mediação por meio do ensino e de literatura secundária, no mínimo por gerações; construção de tradições, escolas e cânones; circulação silenciosa (isto é, por referências implícitas, não reconhecidas ou naturalizadas); traduções entre diversas línguas; cronologia e mapeamento da ampla disseminação de objetos circulantes; estudo minucioso de múltiplas experiências e significados associados com o conhecimento circulante (Keim, 2014, p. 107, tradução minha)³.

Note-se que as reflexões sobre centro e periferia também estão ressurgindo até mesmo em campos não usuais, como evidencia a produção do argentino Leandro Medina (Medina, 2014). Em sua tese tornada livro, Medina articula as contribuições da sociologia da ciência, particularmente dos chamados “*Science and Technology Studies*” (STS), às abordagens críticas da geopolítica da produção de conhecimento. Sua hipótese também reitera a centralidade dos processos de tradução e de mediação, que permitem aos cientistas em contextos periféricos negociarem ideias e materiais oriundos de países centrais a partir de suas próprias condições. Nas suas palavras, “Objetos elaborados em campos centrais são negociados nos campos periféricos e tais negociações contribuem para delimitar as identidades dos atores que habitam ambos os campos” (Medina, 2014, p. 11, tradução minha)⁴.

O conceito de objetos subordinantes é cunhado por Medina com base em uma releitura periférica da teoria ator-rede de Bruno Latour e Allain Callon. Essa teoria, como se sabe, afirma a agência de objetos (tidos como actantes não humanos), que,

3. No original: “[...] mediation through teaching and secondary literatures, at best over generations; the construction of traditions, schools and canons; silent circulation (that is, implicit, unacknowledged or taken-for-granted referencing); translations between various languages; a systematic mapping and timing of the wide spread of circulating objects; a thorough study of the multiple experiences and multiple meanings associated with the circulating knowledge.”

4. No original: “Objects elaborated in central fields are negotiated in the peripheral ones and these negotiations contribute to set up the identity of the actors inhabiting both fields.”

dependendo do contexto, podem ser fundamentais para estabelecer compromissos e acordos que mantêm um processo ou uma rede minimamente estável. No caso da vida intelectual, textos e livros são actantes fundamentais na construção dessas redes. Medina, porém, insere uma novidade nessa teoria, ao sustentar a importância de se pensar o papel dominante de actantes que surgem em contextos centrais e que são mobilizados em cenários periféricos, exercendo papel de subordinação, mas, ao mesmo tempo, permitindo negociações.

Como se vê, Medina reconhece a dimensão geopolítica que estrutura a circulação de conhecimento, mas também afirma a importância dos processos e mediações que configuram dinâmicas intelectuais mais autônomas.

A leitura combinada desses três teóricos (Beigel, Keim e Medina) nos propicia verificar que o conceito de periferia pode ser pensado de forma menos totalizante. Mantém-se o melhor da clássica teoria da dependência (a dimensão global da análise, que evita a reificação do nacional como caso fechado), mas se questiona a ênfase excessiva no poder explicativo causal do capitalismo, atentando-se para os processos específicos que produzem circulação de ideias no mundo intelectual e acadêmico. Ao mesmo tempo, esses autores nos permitem ver que a localização da periferia não implica qualquer afirmação substancialista que reifique nações ou regiões como sendo estruturalmente periféricas em seu “modo de ser”. Finalmente, os três (embora mais particularmente Medina e Keim) chamam a atenção para a importância de analisarmos os suportes materiais que são os principais actantes na circulação de conhecimento. Não se trata apenas de aplicarmos ferramentas clássicas de interpretação hermenêutica em textos clássicos, mas de pensarmos os objetos textuais em sua materialidade e deslocamentos.

A partir de tais perspectivas, sustento que é possível e desejável a utilização do conceito de periferia, mas tal uso deve ser baseado em dois pressupostos, retirados da discussão teórica exposta acima: a) periferia relaciona-se com uma condição produzida por mecanismos globais de razoável regularidade, porém não deve ser naturalizada como um dado nacional ou regional. Dito de outro modo, é mais produtivo falar em processos que articulam centros e periferias do que em sociedades ou países “periféricos”. Isso porque uma mudança na escala de análise implica a desestabilização dessas adjetivações. Por exemplo, não há nada de periférico no Brasil quando o situamos em relação ao Paraguai ou ao Haiti, mas nesse território se dão vários processos causados por uma dinâmica centro-periferia; b) é fundamental atentar para os processos empíricos de mediação que concretizam a dinâmica centro-periferia, evitando o uso abstrato desse esquema.

Assim, considero mais produtivo falarmos em efeitos periféricos como forma de apreender como as dinâmicas transnacionais se imprimem na fatura do texto

estudado. Esses efeitos podem se dar de várias maneiras, e gostaria de destacar três principais, inspirados nas sugestões de Wiebke Keim: (a) pela recepção criativa de autores centrais, quando o sociólogo periférico logra dar novos significados a conceitos já estabelecidos; (b) por processos de criação conceitual, em que esse sociólogo consegue criar novos conceitos que não estariam disponíveis em formulações conceituais anteriores; (c) pela incorporação da condição periférica estrutural em uma forma sociológica inovadora, em que o sociólogo não apenas sugere novos conceitos, mas questiona premissas fundamentais da sociologia hegemônica e propõe novas formas do fazer sociológico.

Como pretendo demonstrar a seguir, é possível verificar alguns desses tipos de efeito nas duas vidas do texto de Costa Pinto. Se o artigo original de 1947 se apropriava criativamente de referências sociológicas norte-americanas para o caso brasileiro, numa curiosa conjugação entre marxismo e projeto científico profissional, no caso de 1961 estamos diante de um novo objeto intelectual, que procura traduzir o fenômeno do subdesenvolvimento numa forma sociológica nova, perseguida pelo autor ao longo da década.

As duas vidas de um texto

Em 1947, a publicação de “Sociologia e mudança social” (Pinto, 1947) gerou grande polêmica, motivando réplicas de Florestan Fernandes (1947) e Emílio Willems (1947) na revista *Sociologia*⁵. Não era de se espantar. Escrito por um jovem com pouco tempo de formado e com laços anteriores com o Partido Comunista do Brasil, “Sociologia e mudança social” se configura como um verdadeiro chamado às armas contra o que o autor considerava ser uma sociologia conservadora e comprometida com o *statu quo*.

Em termos formais, o texto nas suas duas versões tem cinco seções, com os seguintes títulos dados pelo autor: “Introdução”, “A sociologia como ciência”, “Esboço histórico”, “A sociologia e a crise de nosso tempo” e “Perspectivas” (renomeada “Conclusão” na versão de 1961). Entre seus principais objetivos, “Sociologia e mudança social” procura mostrar como os dilemas enfrentados pela sociologia não seriam puras questões metodológicas, mas resultados da posição histórica dessa ciência em uma sociedade que estaria passando por um constante processo de transformação. Segundo Costa Pinto, a sociologia, ao se aferrar a um objetivismo supostamente

5. A polêmica entre Costa Pinto e Florestan Fernandes já foi suficientemente estudada na bibliografia da história das ciências sociais, e os estudos mais recentes são listados neste artigo. Assim sendo, optei por não me concentrar nessa dimensão do contexto histórico relacionado com a publicação e a recepção de “Sociologia e mudança social”.

neutro, estaria se mostrando incapaz de pensar criativamente a mudança social e, por consequência, teria se transformado em ferramenta ideológica dogmática.

O texto também comporta um ataque frontal à antropologia, ao culturalismo e aos estudos de comunidade, que seriam alvos constantes de Costa Pinto e que evidenciam uma disputa mais ampla no campo intelectual brasileiro sobre as formas de estudar a sociedade e seus processos de transformação (Maio, 1997; Souza, 2011).

Ao qualificar a “sociologia acadêmica” como ideológica, Costa Pinto procura demonstrar que o seu próprio projeto de sociologia, longe de ser dogmático ou ideológico, seria, na verdade, a realização plena dos próprios compromissos fundamentais da disciplina. Nesse sentido, todo o texto recorre ao arsenal da sociologia clássica para evidenciar que os seus adversários é que estariam traindo tal compromisso, ao apostarem numa ciência social positivista e aferrada à simples descrição anódina do mundo realmente existente. Interessante notar como esses adversários nem sempre são nomeados, mas é possível inferir que o autor está se referindo, no caso brasileiro, a autores como Donald Pierson e Emílio Willems, a julgar pela forte crítica aos estudos de comunidade que Costa Pinto começa a esboçar. Tal inferência é sustentada pela análise de Maio e Lopes (2015, pp. 354-355).

O significado desse texto de 1947, porém, deve ser buscado não apenas nas frases contidas no corpo principal, mas, em especial, nas referências e citações feitas no seu decorrer. São diversas as referências mobilizadas por Costa Pinto. A primeira nota de pé de página nos traz Medina Echevarria, George Gurvitch, Donald Pierson e George Lundberg, todos apontados como autores que estariam pensando o problema da objetividade no conhecimento sociológico. Evidencia-se aqui a tentativa de inscrever o problema da sociologia e da mudança num debate não apenas clássico, mas contemporâneo e disseminado em livros e periódicos tidos como hegemônicos e centrais na disciplina. Observe-se que tal nota foi tirada do texto de 1961, já que a bibliografia sobre o tema se tornou ainda mais abundante, segundo o autor.

O texto também mobiliza de forma positiva outros sociólogos, particularmente a trindade formada por Robert Lynd, Gunnar Myrdal e C. Wright Mills. Esses nomes não surgem por acaso. Lynd foi um dos primeiros sociólogos norte-americanos a atacar os descaminhos da disciplina e o abandono de suas promessas críticas em um conhecido livro de 1939 intitulado *Knowledge for what?* (Lynd, 1939). Myrdal, de origem sueca, foi um crítico do objetivismo da ciência social e um adepto de programas de reforma social inspirados numa sociologia comprometida com a vida democrática. Mills, por sua vez, construiu uma carreira marcada pela condição auto-proclamada de *maverick* e pelo desejo de confrontar o que acreditava ser o consenso sociológico de então.

Esses três sociólogos são citados em um mesmo parágrafo como melhores exemplos de crítica sociológica ao conformismo da ciência social *mainstream* e à falta de capacidade autorreflexiva da sociologia de então. De certo modo, é como se o nosso sociólogo estivesse construindo no artigo uma genealogia da rebeldia sociológica, e situando-se ativamente no interior dessa linhagem, evidenciando que seu trabalho intelectual era orientado não apenas para um diálogo interno ao campo brasileiro, mas para uma heterodoxia vista como periférica à sociologia hegemônica do período. Trata-se, como se vê, de um movimento intelectual ambicioso, que questiona o *establishment* da disciplina de forma abusada, nas páginas de um dos principais periódicos da época. Curiosamente, tal movimento é feito a partir da eleição de um cânone formado nos Estados Unidos, mesmo se aceitarmos a hipótese de estarmos tratando de um cânone “periférico”. Também é importante ressaltar que esse partido norte-americano tomado por Costa Pinto localiza-se em posição divergente de outro cânone, este representado pela Escola de Chicago e pelos estudos de comunidade, tradição que fora marcante na conformação da disciplina no Brasil, em especial pelo papel exercido por Donald Pierson na formação da Escola Livre de Sociologia e Política. É interessante notar como essa genealogia norte-americana de Costa Pinto demanda uma tradução geopolítica dos autores originais. O livro de Lynd constitui-se como coleção de uma série de palestras e artigos do autor sobre o estado atual da sociologia na cultura americana. De forte teor pragmático, o seu foco estaria na incapacidade da sociologia daquele país em atuar de forma inteligente e eficaz no debate sobre os grandes problemas que afetavam a vida norte-americana, em especial por conta de sua excessiva especialização. Embora Lynd efetivamente ataque aspectos conservadores daquela cultura, seu objetivo é refazer a agenda da ciência naquele país e produzir uma sociologia mais relevante e conectada ao problema de seus dias. No texto de Costa Pinto, o objetivo é mais ambicioso, pois ele não se limita a escrever sobre a crise brasileira, mas sobre a crise geral da sociologia, supostamente incapaz de pensar a mudança social contínua de uma sociedade em crise. O pressuposto marxista implica uma análise dialética da relação entre ciência e vida social que difere do pragmatismo filosófico que informa as ideias de Lynd. No caso do pragmatismo, a sociologia torna-se relevante quando ela é capaz de informar de maneira mais reflexiva os hábitos e as ações dos cidadãos comuns, ao passo que, na sociologia de sabor marxista de Costa Pinto, trata-se de postular que a ciência social é parte integrante de uma realidade social em mudança, que deve, portanto, ser também ela um episódio dessa mudança.

Em termos estilísticos, o texto parece ecoar formas de escrita sociológica associadas a Wrigth Mills, notório pela iconoclastia e pela forte dose de sarcasmo e ironia ao tratar seus adversários. O tom do texto de Costa Pinto é similar, e essa característica

não é perdida na segunda versão do artigo, republicada em 1961, embora ganhe em maior concisão e equilíbrio de forma.

No texto de 1947, os efeitos periféricos são sentidos na forma de uma recepção criativa de autores centrais. Costa Pinto elenca sua galeria de rebeldes, mas os transplanta para o debate brasileiro e para sua agenda marcada pela abordagem dialética e pela influência do marxismo. Não seria de se estranhar, dada a inscrição do sociólogo à época. Em 1947, Costa Pinto era um jovem professor, buscando ainda seu espaço no campo em formação. Sua diatribe contra a “sociologia acadêmica” pode ser lida à luz dessa conjugação entre um capital militante dado pela proximidade com o Partido Comunista e pela sua condição de recém-entrado no jogo intelectual. Essa condição de noviço no jogo pode ser vislumbrada por meio de breve incursão na correspondência trocada entre o baiano e o norte-americano Donald Pierson, então figura central na institucionalização do curso de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, em que trabalhava desde 1939.

A correspondência inicia-se em 1942, ano em que Costa Pinto se formara e fora nomeado assistente de Jacques Lambert na cadeira de Sociologia. Na Universidade do Brasil, o jovem sociólogo trabalhava ao lado de Maurício Vinhas de Queiróz, Paulo Almeida Rodrigues e Zacarias de Sá Carvalho no Centro de Estudos Sociais (CES), todos orientados para a construção de uma tradição de pesquisa científica na área, tal como se fazia em São Paulo (Maio e Lopes, 2015). Em carta datada de 17 de novembro daquele ano, Costa Pinto é claro ao afirmar:

Isso não impede entretanto que tenhamos bastante inveja da turma de São Paulo e que lhe peçamos muito seriamente que nos sugira um meio de fazermos com que suas atividades se estendam também para este lado de cá. Esse instituto de pesquisas que o senhor pretende fundar, as dotações da Rockefeller que espera conseguir, o treino de bons alunos nas universidades americanas – são coisas que precisam irradiar, sob sua orientação, também para aqui (Carta 1⁶).

As cartas seguintes demonstram inequívoco entusiasmo e vontade de estreitamento de laços com a figura de prestígio. As missivas de Costa Pinto são inicialmente endereçadas ao “mestre Pierson”, que, por sua vez, orienta o jovem sociólogo nas leituras do estado da arte da sociologia americana de então, com forte preferência pela sociologia feita em Chicago. Essas leituras são lastreadas nas concepções que Pierson

6. A numeração das cartas segue as anotações a lápis feitas no material guardado no Fundo Donald Pierson, disponível no AEL/Unicamp. Sempre que possível, indicarei tanto as datas precisas de cada correspondência, como sua notação cronológica.

alimentava da sociologia como um empreendimento global coletivo, pautado pelo avanço científico cumulativo e pelo forte treino profissional (Maio e Lopes, 2015).

Para além do simples debate intelectual, inicia-se uma acidentada tratativa envolvendo a possível ida de Costa Pinto para Chicago com vistas a um doutoramento. Em carta de agosto de 1943, o brasileiro deixa claro que via nessa cidade a Meca da sociologia moderna ao afirmar: “agora tratemos do assunto ‘viagem a Chicago’, que também poderia ter o título: “the old dream of Costa Pinto and his wife” (Carta 22). Ao longo dos próximos dois anos, a correspondência entre os dois personagens é pautada principalmente pelas tratativas desse projeto. Pierson, homem fundamental no esforço de diplomacia intelectual norte-americana (Faulhaber, 2011; Maio e Lopes, 2015), conhece os caminhos, bem como as dificuldades, e são constantes em suas cartas os conselhos a Costa Pinto, que vão desde como preparar a *application* até como se portar no ambiente norte-americano, temperando sua impetuosidade e franqueza de caráter, tidas por Pierson como indicadores da dificuldade de lidar com sua condição de aluno numa instituição tão prestigiosa como a Universidade de Chicago.

As cartas também evidenciam as hierarquias implícitas presentes nesse diálogo. Além das diferenças de capital intelectual, há as dissonâncias culturais e geopolíticas. Pierson não é apenas o Mestre, o cientista já formado que recomenda leituras ao jovem brasileiro e lhe arranja livros e assinaturas de periódicos norte-americanos, mas também o guardião da cientificidade da sociologia norte-americana, tida por ele como a única forma possível de fazer sociológico. Em carta de 11 de junho de 1943 (Carta 16), Pierson censura os cientistas sociais brasileiros pelo interesse excessivo nas “ideias” em detrimento do cuidado com as “coisas”, e reitera a Costa Pinto que só há uma espécie de treino possível para o sociólogo, que havia sido explicitada por ele em carta anterior, datada de 26 de maio, da qual extraio a seguinte passagem: “por treino tenho em mente preparo acadêmico *dentro do campo em que se ensina*” (Carta 14, grifos meus).

O jovem colega brasileiro reconhece a necessidade de profissionalização, mas reitera, na sua resposta datada de 25 de junho do mesmo ano, que há tradições culturais distintas, e que elas condicionam o desenvolvimento da ciência social. Cito a extensa passagem, por ser reveladora do modo como Costa Pinto filtrava o desejo de profissionalização à luz das características peculiares do campo cultural brasileiro:

Creio que isto que o Sr. chama de puro ecleticismo é antes muita força de vontade de uns poucos abnegados que resolveram estudar ciências sociais no Brasil e também uma herança cultural francesa e alemã que domina o ambiente universitário brasileiro. Tome-se isso portanto como fato e como contribuição que deve ser acrescida do senso prático americano e nunca simplesmente substituída, pois isso ninguém jamais conseguirá [...] saiba que entre nós não

será fácil impor, como técnico, a figura do registrador de fatos, do recenseador, daquele que faz sociologia de tabelas, julgando que nisso se deve resumir seu esforço. O ecletismo, creio eu, quando não degenera em simples mostruário intelectual é salutar e aconselhável (Carta 17).

Essa carta é síntese da apropriação particular que Costa Pinto faz do ideal de uma sociologia científica e profissional, que compartilhava com Pierson em cartas anteriores. Como se vê, não havia caminho único para a tradução desse ideal, e mesmo a reiteração de Chicago como Meca dos periféricos não implicava um colonialismo mental que fizesse da tradição cultural brasileira tábula rasa a ser civilizada. Tratava-se, antes, de processo de “aclimatação”, categoria proposta por Brasil Junior em sua tese de doutoramento para dar conta da recriação da sociologia da modernização em terras latino-americanas (Brasil Junior, 2013b).

Difícil dizer no que poderia dar tal síntese. O projeto Chicago malogra ainda no primeiro semestre de 1946, quando o consulado norte-americano nega o visto a Costa Pinto, provavelmente em função de suas atividades passadas como militante comunista, que lhe renderam um processo pelo Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo.

Diante de tal negativa, Costa Pinto expõe a Pierson sua visão de mundo, em carta escrita no dia 3 de maio de 1946. Ao acusar o consulado de vetá-lo ideologicamente, afirma:

[...] o grande “problema”, ao meu ver, é saber se o destino da civilização ocidental continuará preso a determinado tipo de relações de produção ou se essas relações de produção dominantes terão de se modificar como condição de progresso social. A essa pergunta, alguns respondem *sim*, outros respondem *não*. E acontece que eu e o consulado damos respostas diferentes (Carta 96).

Como se vê, a tentativa de “fazer a América” por meio de um doutoramento em Chicago fazia-se a partir da combinação entre o capital militante e o desejo de profissionalização, que não eram vistos por Costa Pinto como antagônicos. Tais vetores constituíam, em meados da década de 1940, as bases de seu projeto intelectual, possibilitando-lhe situar o marxismo na sociologia como uma ferramenta para uma inscrição original no campo, ainda que afinada com a promessa original da disciplina, supostamente perdida pelos conformistas de plantão. É possível inferir que os efeitos periféricos de tal condição intelectual eram mediados justamente por essa combinação entre americanização e marxismo, resultante em textos que buscavam rigor teórico-metodológico e perspectiva crítica do repertório conceitual absorvido. Note-se, aliás, que a combinação entre formação científica e acumulação

de capital militante já foi analisada extensamente por Fernanda Beigel (2013b) para o caso do Cone Sul, que lhe permitiu questionar pressupostos da teoria social bourdieusiana, que tende a ver a autonomização da ciência como processo mais depurado nos países centrais do que no caso latino-americano, em que a ciência seria supostamente mais “politizada”.

Outros artigos produzidos pelo autor na década de 1940 evidenciam a mesma preocupação em conjugar marxismo e análise sociológica crítica. Destacaria como exemplar dessa visada o artigo “Estrutura e sociedade rural”, também publicado na revista *Sociologia*, que se constitui como um longo artigo científico que faz uso farto de dados extraídos do Censo de 1940 sobre trabalho e propriedade no campo. O referencial teórico é de inspiração marxista, e Caio Prado Júnior é um dos autores mais citados ao longo da discussão, em especial por conta de sua crítica à tese do feudalismo no mundo rural brasileiro. Ao analisar a estrutura de classes no mundo rural brasileiro, o sociólogo defende a hipótese principal de que as condições de formação do capitalismo brasileiro são distintas daquelas que presidiram a acumulação primitiva na Inglaterra, o que explicaria a convivência de formas tradicionais de mão de obra com a produção de mercadoria. Se ao leitor contemporâneo esse debate pode parecer algo *démodé*, é de espantar a precocidade com que tal percepção emerge nos textos de um cientista social jovem, recém-formado no Rio de Janeiro.

Em resumo: “Sociologia e mudança social” de 1947 é o resultado de um jogo que se dava ainda localmente, pautado pelo projeto de Costa Pinto de unir rigor científico e sociologia militante, mobilizando, para tal, um cânone norte-americano que reputava como sendo, ao mesmo tempo, respeitável e crítico.

Em 1961, o jogo era mais ambicioso, e o jogador, consideravelmente mais cacifado. Antes da direção do CLAPCS, que ocupou entre 1957 e 1961, o sociólogo brasileiro participara da reunião do comitê de especialistas da Unesco sobre relações raciais em Paris, no ano de 1949. Em 1950, era o único sociólogo que participava do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do convênio firmado entre o governo da Bahia e o Departamento de Antropologia de Columbia, iniciativa do então secretário de Educação do Estado Anísio Teixeira (Maio, 2009). Entre 1956 e 1959, ocupou a vice-presidência da International Sociological Association (ISA). A chegada ao CLAPCS, portanto, era o desdobramento de um projeto consciente de inserção internacional.

Naquele mesmo ano de 1961, correspondia-se, em inglês, com C. Wright Mills, não mais como um jovem ambicioso falando com o Mestre Pierson, mas como um colega, igual, que não perdeu a chance de afirmar seu pioneirismo em face daquele que, em 1947, figurava como um de seus heróis sociológicos. Costa Pinto tivera a oportunidade de conhecer o autor de *A elite no poder* em 1959, quando da organização do célebre seminário “Resistências à Mudança” no Rio de Janeiro, em que a

elite da ciência social brasileira de então pudera assistir a uma palestra de Mills sobre o problema do desenvolvimento.

O contato entre os dois frutificou. Em carta de 5 de maio de 1961, disponível nos arquivos de Mills na Universidade do Texas em Austin, Costa Pinto informa que estava finalizando seu período de quatro anos como diretor do CLAPCS, e aproveitava a ocasião para tecer seus comentários sobre o livro lançado por Mills em 1959. Escreve Costa Pinto:

Acredite que sou um homem mais feliz do que antes, tal é a convergência de pensamentos que encontrei entre seus estudos e meus pontos de vista, expostos em uma palestra intitulada “Sociologia e mudança social” que apresentei em maio de 1947 na Universidade do Brasil, publicada no periódico *Sociologia*, São Paulo, no mesmo ano. Infelizmente suspeito que você não lê português (Carta de Costa Pinto a Wright Mills, Mills Papers, 4S19, tradução minha)⁷.

Em seguida, informa que irá preparar traduções da conferência, ressaltando, mais uma vez, que ela foi proferida catorze anos antes. Pede, então, para terem um encontro nos Estados Unidos, informando-o de seus planos, que incluíam uma breve estadia na Universidade de Tulane como professor visitante, seguida de uma viagem ao Missouri para o congresso da American Sociological Association.

Havia reciprocidade na relação. Em carta datada de 26 de maio do mesmo ano, Costa Pinto menciona o envio do manuscrito do livro *The Marxians* por parte do colega norte-americano, que lhe pedia comentários e críticas (o brasileiro não seria o único latino-americano tornado interlocutor de Mills) e utiliza a expressão “*cross-fertilization of ideas*” para ressaltar a convergência das agendas intelectuais de ambos. Por essa época, contudo, Mills já se encontrava adoentado, vindo a falecer em 1962.

A relação com Mills era um capítulo de uma história mais ampla de interlocução com a sociologia norte-americana, que iria frutificar nos anos seguintes, em especial com o cientista social Irving Horowitz (1929-2012), um dos autoproclamados herdeiros da tradição crítica encetada por Mills (Summers, 2007). Tendo se doutorado em sociologia na Universidade de Buenos Aires (embora pouco se saiba sobre essa tese e sobre a própria atuação de seu autor como professor assistente na UBA no final da década de 1950), Horowitz fundaria a revista *Transaction* em 1962, logo convertida num complexo editorial de ciências sociais. Em 1965, começou uma série de escritos críticos ao Projeto Camelot, iniciativa de pesquisa aplicada patrocinada

7. No original: “Believe that I am a more happy man than before such is the convergence of lines of thought I have find between your studies and my own point of view, exposed in a lecture entitled ‘Sociologia e mudança social’ I have delivered in May 1947 at the University of Brazil, printed at the magazine *Sociologia*, São Paulo, at the same year. Unfortunately I suspect you don’t read Portuguese.”

por agências estatais norte-americanas que iria despertar enorme polêmica no Chile e em toda a América Latina, em especial por conta da dinâmica da Guerra Fria. De posse desses trunfos, Horowitz iria forjar uma rede de interlocutores na América Latina, e Costa Pinto seria figura-chave nessa empreitada.

Apenas quatro anos após a nova edição de “Sociologia e mudança social”, Costa Pinto, seria, ao lado de Pablo Casanova, o único latino-americano convidado a publicar um texto no livro editado por Horowitz em homenagem à memória de Wright Mills, obra justamente intitulada *The new sociology* (Horowitz, 1964a). O grupo organizado por Horowitz estava elaborando uma crítica ao aparato burocrático-acadêmico norte-americano e à sociologia funcionalista, e ampliar o escopo dessa rede incorporando cientistas sociais de outros quadrantes parecia uma boa estratégia para reforçar a solidez dessa suposta nova sociologia. Na longa introdução a essa obra, Horowitz (1964b) faz uma apaixonada defesa de uma nova virada na sociologia, que revigorasse a sociologia crítica e histórica e incluísse outras experiências intelectuais fora dos Estados Unidos. Note-se que Costa Pinto participa de forma peculiar. Ao invés de escrever um ensaio sobre o personagem homenageado, ele apresentou um texto sobre o processo de mudança social na América Latina, delineando seus principais conceitos e sua própria agenda intelectual (Costa Pinto, 1964).

Como se vê, a nova edição de “Sociologia e mudança social” vem à luz num momento crucial da trajetória do sociólogo brasileiro, que se preparava para alçar voos ainda maiores, valendo-se de sua habilidade em conectar a emergente agenda crítica do desenvolvimento, trunfo intelectual latino-americano, ao aparato teórico-metodológico da sociologia norte-americana, que ele dominava desde muito.

Como tais injunções se imprimem na fatura do texto? No texto de 1961, a introdução é precedida por uma nota de apresentação que confere um sentido novo e mais radical ao texto. Há, também, mudanças em referências bibliográficas, enxugamento de passagens por demais comprometidas com o materialismo histórico, depuração de linguagem e enxertos de frases e alguns parágrafos. Vejamos.

O texto de apresentação menciona, explicitamente, que o problema do desenvolvimento situa em novo ângulo o debate original de 1947. Nas palavras textuais de Costa Pinto:

O estudo do processo de desenvolvimento, naquelas áreas do mundo, onde ele está ocorrendo recente e aceleradamente, significou uma experiência extraordinariamente fecunda para a sociologia, pelo fato de se tratar de problemas e de sociedades onde a mudança, e não a estabilidade, é um valor desejável, facilitando a sincronização dos valores da ciência criadora com os valores da sociedade em transformação (Costa Pinto, 1961, p. 8).

Logo, em seguida, Costa Pinto escreve que há diferentes modelos de desenvolvimento, que refletiriam a historicidade desse próprio processo – um tema consagrado, como se sabe, nos estudos feitos no âmbito da Cepal por Prebisch e Furtado a partir do final da década de 1950, fontes de inspiração para o autor (Souza, 2011). Ora, ao final dessa passagem, presente apenas no texto de 1961, Costa Pinto escreve: “A integração desse conceito na sociologia representa uma aquisição de extraordinária significação metodológica” (Costa Pinto, 1961 p. 8).

E qual seria essa nova significação metodológica, inferência que não era feita em 1947? A percepção de que a condição histórica peculiar dos países em desenvolvimento implica transformações na própria forma conceitual da sociologia, indicando um efeito periférico ausente do texto original. Naquele, não há propriamente uma criação conceitual oriunda da posição periférica, mas a crítica a uma forma sociológica específica, crítica esta que se coloca em diálogo com a grande tradição das ciências sociais e com seus continuadores nos Estados Unidos. Porém, vale ressaltar que, mesmo no caso de 1947, essa condição de dependência estrutural não significa que o texto seja pautado como simples derivação ou decalque do debate americano, como, aliás, já revelava a correspondência com Donald Pierson. Afinal, Costa Pinto parte de forte tradição marxista e refere-se a debates também locais, evidenciando uma apropriação ativa dessa tradição sociológica norte-americana e europeia.

Voltando à nova apresentação escrita para a edição de 1961, temos um passo mais radical. Começo com a menção de Costa Pinto à importância de sua experiência no CLAPCS:

De fato, os quatro anos vividos como responsável por um centro internacional de pesquisas sociológicas, onde tive cotidianas oportunidades de sentir as ciências sociais operando nos quatro cantos do mundo – convenceram-me, mais do que nunca, da necessidade de reeditar “Sociologia e mudança social” mas de aproveitar o ensejo para integrar no texto original material novo, resultante de avanços realizados pela disciplina no período decorrido, do desenvolvimento das ideias do autor e do esforço feito por todos nós no sentido de superar muito dos problemas pontados na redação original deste estudo (*Idem*, p. 8).

Essa passagem é interessante, pois indica uma suposta alteração significativa no texto, que não corresponde à realidade verificada pelo cotejamento das versões. Ainda assim, o restante da apresentação mostra uma evidente tentativa de reenquadramento do original. Se aquele era uma tentativa de se vincular ao debate global da disciplina, este assume posição mais ativa, afirmando a relação entre a condição histórica do subdesenvolvimento como posição epistêmica original, que deve ser incorporada no repertório da teoria sociológica. Estamos diante, portanto, de um efeito periférico de

novo tipo, que implica o próprio questionamento conceitual do repertório central e uma tentativa de afirmação de autonomia.

Percebem-se também diferenças aparentemente menores entre as duas versões, mas que não deixam de ser boas para pensar as mudanças de itinerário do seu autor. Por exemplo, no texto de 1947, Costa Pinto constantemente argumentava contra a “sociologia acadêmica”, fato que foi devidamente questionado por seus críticos. Esse termo, no texto de 1961, foi substituído em várias passagens por simplesmente “sociologia”. O movimento pode indicar a escalada do autor na hierarquia global da disciplina, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, assumir com tranquilidade o seu próprio estatuto como acadêmico e conjugá-lo à amplitude de sua crítica, que agora está focada no coração da disciplina em si, e não mais em apenas um suposto desvio academicista.

Tal fato é reafirmado em um breve acréscimo em um parágrafo localizado na página 17 da edição de 1961, e na página 294 da edição original de *Sociologia*. Nesse parágrafo, que se inicia com um questionamento acerca de até que ponto a sociologia (ou sociologia “acadêmica”, como em 1947), sendo uma disciplina científica, seria capaz de produzir questionamento e captar de forma reflexiva os processos de mudança social. Em 1961, Costa Pinto acrescenta:

Essa, sim, a verdadeira questão, que algumas vezes se procura obscurecer, e que hoje se coloca em cheio no plano das discussões metodológicas, que, elaborando as experiências vividas pela própria sociologia, buscam alcançar as soluções que estão à frente de seu desenvolvimento e que não podem ficar confundidas com as panaceias que ficaram para trás dos progressos metodológicos já atingidos (*Idem*, p. 17).

Para concluir, eu diria que se, nos textos de 1947-1948, o efeito periférico se notava pela incipiente exposição crítica de alguns pressupostos centrais da teoria sociológica a partir da particularidade do caso brasileiro e pela apropriação criativa da sociologia de sua época, no novo texto de 1961 há uma afirmação mais ousada, e que se refere ao impacto dos processos de desenvolvimento sobre o fazer sociológico *em geral*. Nos anos que se seguiram, foi esse caminho trilhado não apenas por Costa Pinto, mas por parte significativa da sociologia latino-americana, convergindo na elaboração das teorias da dependência e em projetos teóricos similares.

Conclusão

O que é possível inferir dessa análise? Em primeiro lugar, que é produtivo analisarmos Costa Pinto à luz de debates mais amplos da sociologia no pós-Segunda Guerra, e

que eram travados, por diferentes motivos, tanto na América Latina como nos Estados Unidos; em segundo lugar, que essa análise deve reconhecer que a circulação de temas, conceitos e ideias, embora marcada por uma evidente assimetria de recursos e poder, não era uma via de mão única, supostamente originária do centro para a periferia, mas envolvia uma dimensão ativa de criação intelectual; finalmente, que a localização periférica de um intelectual não é suficiente para explicarmos os diferentes matizes de seu trabalho intelectual. Afinal, Costa Pinto era um periférico em 1947 e em 1961, ao menos se o tomarmos como um personagem do debate global da disciplina, e não como apenas um sociólogo brasileiro. Assim, considero que só é possível atinar com as diferentes faturas de seus textos recorrendo aos nexos entre suas mediações internas, a trajetória de seu autor e sua inscrição em diferentes redes e debates que formavam o campo da sociologia de então.

Porém, seria preciso ir além e realizar uma série de operações, entre as quais: analisar detidamente as citações e referências nos textos do autor, indicador poderoso da circulação de ideias e autores; mapear as redes tangíveis ou intangíveis nas quais se dava o trabalho intelectual em cada momento, indo além do CLAPCS e verificando, ao longo do tempo, a extensão e força desses laços; atentar para como essas redes se articulavam com debates e problemas internos ao caso brasileiro; analisar como esses nexos se dão não apenas na estrutura interna de textos, mas também na própria forma do fazer sociológico, entendido de maneira ampla, incorporando não só tipos de teorização, como também estilos de escrita, modos de trabalho empírico e modalidades de intervenção pública. A continuidade da pesquisa e a ampliação de procedimentos analíticos desse tipo a outros casos empíricos permitiriam não apenas uma visão mais clara do lugar da sociologia praticada no Brasil na história geral da disciplina no século XX, mas também a reconstrução dessa história geral de um ponto de vista menos eurocentrado ou anglocentrado, evidenciando os efeitos produzidos pelos cientistas periféricos na teoria central (Maia, 2017). Ao final, espero deixar claro que a ideia de periferia servirá menos para afirmar uma diferença particular dentro de um conjunto mais amplo do que para questionar esse próprio conjunto a partir dessa particularidade. Não é outra a promessa dialética que animou a melhor reflexão filosófica e sociológica feita no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. (2010), "O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional". *Novos Estudos Cebrap*, 88: 55-70. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300004&lng=en&nrm=iso.
- ANDERSON, Benedict. (2005), *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. Londres, Verso.
- ARANTES, Paulo E. (1992), *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo, Paz e Terra.
- BEIGEL, Fernanda. (2014), "Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's Conicet". *Current Sociology*, 62 (5): 743-765.
- BEIGEL, Fernanda. (2013a), *The politics of academic autonomy in Latin America*. Londres, Ashgate.
- BEIGEL, Fernanda. (2013b), "Introduction". In: BEIGEL, Fernanda (org.). *The politics of academic autonomy in Latin America*. Londres, Ashgate.
- BHAMBRA, Gurinder K. (2014), *Connected sociologies*. Londres, Bloomsbury Academics.
- BOTELHO, André. (2009), "Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto". *Lua Nova*, 77: 147-177. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000200005&lng=en&nrm=iso.
- BRASIL JUNIOR, Antônio. (2013a), "A reinvenção da Sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes". *Trabalho, Educação e Saúde*, 11 (1): 229-249.
- BRASIL JUNIOR, Antônio. (2013b), *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo, Hucitec.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- COLLYER, Fran. (2014), "Sociology, sociologists and core-periphery reflections". *Journal of Sociology*, 50 (3): 252-268.
- CONNELL, Raewyn. (out. 2012), "A iminente revolução na teoria social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80): 9-20, outubro. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001&lng=en&nrm=iso.
- COSTA PINTO, Luiz Aguiar. (1964), "Portrait of developing man: the processes of social changes in Latin America". In: HOROWITZ, Irving (org.). *The New Sociology: essays in social science and social theory in honor of C. Wright Mills*. Nova York, Oxford University Press, 1965.
- COSTA PINTO, Luiz Aguiar. (1961), "Sociologia e mudança social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (1): 1-61.
- COSTA PINTO, Luiz Aguiar. (1948), "A estrutura da sociedade rural brasileira". *Sociologia*, 10 (2/3): 156-193.

- COSTA PINTO, Luiz Aguiar. (1947), "Sociologia e mudança social". *Sociologia*, 9 (4): 287-331.
- DOMINGUES, José Maurício (2011), *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- FAULHABER, Patrícia. (2011), "O Instituto de Antropologia Social (EUA, Brasil e México): um artefato da resposta antropológica ao 'esforço de guerra'". *Mana*, 17 (1): 9-40.
- FERNANDES, Florestan (1947), "O problema do método na investigação sociológica". *Sociologia*, 4: 332-345.
- GINGRAS, Yves & MOSBAH-NATANSON, Sébastien. (2010), "Where are social sciences produced?". In: *Unesco World Social Science Report*. Paris, Unesco Publishing, pp. 149-153.
- GROSFOGUEL, Ramón. (2000), "Developmentalism, modernity and dependency theory in Latin America". *Neplanta: Views from the South*, 1 (2): 347-374.
- HOROWITZ, Irving. (1964a), *The new sociology: essays in social science and social theory in honor of C. Wright Mills*. Nova York, Oxford University Press.
- HOROWITZ, Irving. (1964b), "An introduction to the new sociology". In HOROWITZ, Irving. (org.). *The new sociology: essays in social science and social theory in honor of C. Wright Mills*. Nova York, Oxford University Press.
- KEIM, Wiebke. (2014), "Conceptualizing circulation of knowledge in the social sciences." In: KEIM, Wiebke et al. (orgs.). *Global knowledge production in the social sciences*. Londres, Routledge, pp. 107-134.
- KEIM, Wiebke. (2008), "Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology". *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie*, 12 (2): 22-48.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: representações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan.
- LYND, Robert. (1939), *Knowledge for what? The place of social science in American culture*. Princeton, Princeton University Press.
- LÓPEZ, Matias & ARAÚJO, Matheus Donato Amorim de. (2011), "Desenvolvimento e narrativas de modernidade: Costa Pinto e a construção de uma sociologia transnacional para o terceiro mundo". *Aurora*, 4 (2): 213-225. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1279>.
- MAIA, João M. Ehlert. (2017), "História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro". *História, Ciências, Saúde*, 24 (1): 111-128. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000100111&lng=en&nrm=iso.
- MAIA, João M. Ehlert. (2014), "History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas". *Current Sociology*, 62 (7): 1097-1115.
- MAIO, Marcos Chor. (2009), "Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia

- University-Estado da Bahia/Unesco na década de 1950". *Cadernos de Campo*, 18: 257-271. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45517/49126>.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes, Iuperj/Ucam.
- MAIO, Marcos Chor & LOPES, Thiago da Costa. (2015), "For the establishment of the social disciplines as sciences': Donald Pierson e as ciências sociais no Rio de Janeiro (1942-1949)". *Sociologia & Antropologia*, 5 (2): 343-380.
- MARINI, Ruy Mauro. (1973), *Dialéctica de la dependência*. México, Era.
- MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan & HOLMES, Christina. (orgs.). *Beyond imported magic: essays on science, technology and society in Latin America*. Cambridge, MIT Press, 2014.
- MICELI, Sergio. (1989), "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais". In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré, vol. 1, pp. 91-133.
- MIGNOLO, Walter. (2009), *The idea of Latin America*. Nova Jersey, John Wiley and Sons.
- RICUPERO, Bernardo. (2008), "Da formação à forma: ainda as 'ideias fora de lugar'". *Lua Nova*, 73: 69-79.
- SANTIAGO, Silvano. (1978), "O entre-lugar do discurso latino-americano". In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural*. São Paulo, Perspectiva.
- SANTOS, Theotônio dos. (1972), *Dependencia y cambio social*. Santiago, Cesó.
- SANTOS, Wanderley Guilherme (1978), *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto. (1992), "As ideias estão fora do lugar". In: *Ao vencedor, as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades.
- SOUZA, Patrícia Olsen de. (2011), *Fazer ciência, fazer história: a sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e Costa Pinto*. Araraquara, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.
- SUMMERS, John H. (2007), "The epigone's embrace: Irving Louis Horowitz on C. Wright Mills". *Minesotta Review*, 68: 107-124.
- VIANNA, Luiz J. Werneck. (1997), *A revolução passiva: iberismo e americanismo na formação brasileira*. Rio de Janeiro, Revan.
- WALLESSTEIN, Immanuel. (1979), *The capitalist world-economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WILLEMS, Emílio. (1947), "Sociologia 'acadêmica' e sociologia 'socialista'". *Sociologia*, 9 (4): 346-349.

Correspondência

Fundo DP/AEL/Unicamp

Carta 1. Carta de Costa Pinto a Donald Pierson de 17 de novembro de 1942.

Carta 14. Carta de Donald Pierson a Costa Pinto de 26 de maio de 1943.

Carta 16. Carta de Donald Pierson a Costa de 11 de junho de 1943

Carta 17. Carta de Costa Pinto a Donald Pierson de 25 de junho de 1943.

Carta 22. Carta de Costa Pinto a Donald Pierson de agosto de 1943.

MILLS (Charles Wright) PAPERS, 1934-1965. Center of American History/ University of Texas at Austin

Box 4S19 – Correspondence 1961-1962

Carta de Costa Pinto a C. Wright Mills, 5 de maio de 1961.

Box 4S19 – Correspondence 1961-1968

Carta de Costa Pinto a C.Wright Mills, 26 de maio de 1961.

Resumo

Costa Pinto em dois tempos: os efeitos periféricos na circulação de ideias

Este artigo propõe uma abordagem sociológica para analisar como a relação entre centro e periferia afeta a produção e a circulação de ideias. Por meio do conceito de “efeitos periféricos”, procuro examinar empiricamente como essa relação afeta a construção de textos sociológicos. O objeto empírico do artigo é o texto “Sociologia e mudança social”, do brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto, publicado originalmente em 1947 e republicado em 1961. O artigo compara as duas versões e demonstra como as diferentes posições do seu autor nos circuitos periféricos explicam mudanças conceituais e textuais.

Palavras-chave: Luiz de Aguiar Costa Pinto; História da sociologia; Sociologia brasileira; Centro-periferia.

Abstract

The two moments of Costa Pinto's theory: the peripheral effects in the circulation of ideas

This article outlines a sociological approach to analyze how center-periphery relations determine the production and circulation of ideas. I use the concept of 'peripheral effects' to empirically examine how this relation affects the writing of sociological texts. The empirical object of this article is the text "Sociology and social change" by Luiz de Aguiar da Costa Pinto, which was originally published in 1947 and reprinted in 1961. The article compares these two versions and demonstrates how Costa Pinto's different positions in peripheral circuits explain conceptual and textual changes.

Keywords: Luiz de Aguiar da Costa Pinto; History of sociology; Brazilian sociology; Center-periphery.

Texto recebido em 24/7/2018 e aprovado em 19/12/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.148331

JOÃO MARCELO E. MAIA é professor associado do CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Escola de Ciências Sociais da FGV, Fundação Getulio Vargas. E-mail: joão.maia@fgv.br.

